

Pais acusam colégio

idade

Jornal de Brasília • 11

de recusar matrícula

A comissão de pais de alunos do Colégio Minas Gerais, formada por mais de 100 pessoas, acusou ontem o diretor do colégio, José Pio de Abreu, de discriminação, ao negar o pedido de renovação de matrículas ou mesmo o de pedido de transferência dos alunos matriculados. A comissão, que entrou com um pedido de providências junto ao Conselho de Educação do Distrito Federal, está baseando sua acusação numa gravação, feita no último sábado, em que José Pio diz, textualmente, que vai discriminar os alunos cujos pais integram a comissão. "A escola é minha", completou José Pio.

A gravação, com sete minutos de duração, foi feita pela mãe de aluno e socióloga Lenita Maria Turchi, que desde o início da semana passada tentava renovar a matrícula de seu filho, que cursava a 2ª série do 1º grau. "Ele disse que não renovaria a matrícula de meu filho por eu ser uma pessoa não-grata à escola", conta Lenita, que foi chamada de "agente do terror" pelo diretor da escola, mesmo após ele tomar conhecimento da gravação. Lenita conta que resolveu gravar a conversa, após ser chamada pelo diretor da escola para conversar e ao constatar que José Pio "era uma pessoa com duas palavras, já que antes garantiu que não

haveria discriminações".

Procurados

De acordo com Darley Cordeiro Valadares, que assinou o documento encaminhado ao Conselho de Educação, todos os pais que vêm participando do movimento no Colégio Minas Gerais estão sendo procurados pela direção — ou para receberem a indicação de que não poderão renovar a matrícula ou de que não poderão transferir de lá os seus filhos. A preocupação maior de Darley é com o prazo de renovação de matrículas, que se encerra esta semana. O diretor do Colégio Minas Gerais, José Pio de Abreu, que esteve ontem presente à reunião do Conselho de Educação, disse não ter nada a declarar. "Estou trabalhando", resumiu Pio.

Também na reunião de ontem o Conselho de Educação resolveu que os pais do Colégio Minas Gerais têm até o último dia útil do mês para pagarem as mensalidades escolares sem multas ou correções monetárias. A direção do colégio Minas Gerais estava cobrando a mensalidade antes mesmo de o mês se encerrar — o que, segundo o Conselho de Educação, é contra a lei atual. Este pedido apreciado ontem pelo Conselho de Educação já havia sido encaminhado há mais de dois meses pela Comissão de Pais.

Conselho define valores na 5ª

O Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) resolveu adiar para a próxima quinta-feira a definição sobre quais serão os valores máximos permitidos aos estabelecimentos de ensino particulares cobrarem ao efetuar as matrículas para o próximo ano letivo. O adiamento da decisão — inicialmente marcada para ontem, durante a reunião ordinária do Conselho — se deu pela extensão da proposta de resolução (17 artigos) e pelo atraso no início da discussão.

Os nove conselheiros presentes à reunião discutiram inicialmente a validade ou não de se baixar mais uma resolução — a quarta este ano. O consenso só veio após a confirmação de que cabe ao Conselho de Educação a definição sobre os valores a serem cobrados pelos estabelecimentos. Pelo anteprojeto da resolução que foi exposto ontem, o valor da matrícula (que corresponde à primeira mensalidade) seria calculado através de uma média entre as doze prestações cobradas este ano. Esse item, no entanto, recebeu pedidos de revisão por quatro dos nove conselheiros.